

CURRÍCULO E CULTURA COMO PRÁTICAS DE SIGNIFICAÇÃO: QUE FORMAÇÃO? QUE SUJEITO?

Bianca Marinho de Souza¹

Amanda da Silva Barata²

Joaquina Ianca Miranda³

Luciano Tadeu Corrêa Medeiros⁴

Evanildo Moraes Estumano⁵

RESUMO

O texto reflete sobre a importância da educação escolar na construção da identidade das pessoas, ressaltando os impactos das concepções existentes nas relações de poder que são exercidas sobre o sujeito no âmbito social e cultural. Reflete, portanto, sobre os processos da construção social do indivíduo na sociedade a partir do currículo escolar. Para a elaboração do estudo, fez-se uso de uma pesquisa bibliográfica, tomando como base teórica os autores que discutem sobre currículo e formação humana. Apresenta-se breve explanação do debate teórico que cerca a relação entre currículo e poder; em seguida, discute-se a ligação do currículo com a cultura; para então, deter-se sobre a compreensão da influência do currículo na formação humana, visto que, as propostas político-pedagógicas são feitas por quem detém o poder na sociedade. Concluiu-se que a educação escolar deve buscar uma formação emancipadora que desenvolva a pessoa em todas as suas dimensões e respeite as suas particularidades, trabalhando a pluralidade e a interculturalidade do meio social no ambiente escolar.

Palavras- chave: Cultura, Currículo, Formação, Identidade.

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar é uma prática social permeada pelas contradições oriundas da sociedade mais ampla e pelas próprias contradições produzidas no seu interior. Partindo desta premissa, é imprescindível que se reflita sobre como a educação escolar produz e reproduz saberes do meio social (BRANDÃO, 1996).

Somente considerando a educação como prática e valor social, é possível pensá-la de maneira indissociável da cultura e das relações sociais, pois resulta como produto e processo

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, bmarinho2015@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, mandys13academico@gmail.com.

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, joaquinaianca@gmail.com.

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, lucianomedeiros2602@gmail.com.

⁵ Professor Orientador: Doutor em Ciências Sociais, Instituto de Ciências da Educação – UFPA, evanildoestumano@gmail.com.

de ambas as dimensões interativamente, sendo, portanto, uma criação do ser humano histórico, social e cultural para formar sujeitos ideais (BRANDÃO, 1996). Neste contexto, busca-se problematizar o papel da educação escolar em relação a construção da identidade da pessoa, discutindo os processos pelos quais um grupo social valoriza e pratica formas de tornar efetivo os comportamentos socialmente aceitos como válidos.

Neste debate Arroyo (2014, p. 99), afirma que “[...] a cultura é também princípio educativo, matriz formadora inseparável do trabalho [...]”. Tal assertiva encontra eco nas ideias de Brandão (1996) que a especifica a respeito do fenômeno educativo. De acordo com este autor, a educação antecede a criação das escolas, desta forma, ela se inicia no meio social e cultural, como uma fração do modo de vida das comunidades, surge com a necessidade humana de sobreviver e evoluir, de transformar o mundo ao seu redor, primeiro com o trabalho, depois com a cultura, fazendo com que fosse necessário ensinar-aprender-e-ensinar, modificando-se na medida em que a sociedade avança, em que se torna mais complexa, fazendo com que se categorize e se especialize, tal como a sociedade atual (BRANDÃO, 1996).

De fato, não há como separar a educação do trabalho, assim como não se pode separá-la das relações sociais, finalmente, da educação escolar. A partir disso, pode-se discutir que ao negar-se as questões culturais na construção do currículo, nega-se também a formação dos sujeitos como cidadãos pertencentes a grupos culturais determinados, por sua vez, formados por peculiaridades que os tornam singulares em costumes e modo de viver.

Segundo Arroyo, (2014, p.101-102) “[...] essa rica articulação entre trabalho, cultura, pensamento, valores, identidades é central quando nos aproximamos dos processos educativos e repensamos a teoria pedagógica [...]”. Essa visão nos indica como a articulação entre currículo e cultura, pode contribuir com as ações pedagógicas que visam à formação de um sujeito capaz de se compreender como sujeito social que carrega particularidades ao mesmo tempo que faz parte de um contexto universal.

Desta forma, para que a educação tenha significado é necessário que se possibilite a crítica cultural sobre o currículo das escolas, pretendendo potencializar as relações sociais dos sujeitos a partir do reconhecimento de seu próprio acervo cultural. Por esta via, constrói-se valores sociais que respeitem a diversidade de costumes, de crenças, de saberes e de outros elementos singulares a cada um dos grupos sociais para os quais se propõe o currículo, tornando possível o enfrentamento de inúmeras demandas contemporâneas existentes na realidade educacional. No entanto “[...] os currículos escolares ou ignoram esses processos ou os reduzem a objetos folclorizados, desfigurados [...]” (ARROYO, 2014, p.104).

A partir desses fatores, cabe questionar: como é possível identificar a maneira pela qual os interesses individuais e coletivo se fazem presentes no interior do currículo, se este é determinado de antemão, e nunca pelos sujeitos a serem educados? Que contribuições o debate sobre cultura pode proporcionar na construção do currículo escolar?

Nas considerações de Silva (1999), embora a cultura possa ser muitas outras coisas ela é, também, fundamentalmente, uma prática de significação, e como tal se expressa no currículo escolar. O currículo, por sua vez, é, sobretudo, uma prática produtiva (SILVA, 1999), pois se volta à formação de pessoas em situações históricas e sociais a fim de responder à demanda de pessoas, de grupos e de instituições. Quando a estruturação do currículo se volta à formação integral das pessoas, reconhece a diversidade e a contradição das relações sociais e culturais, produzindo uma prática de significação emancipadora.

Assim, a aceitação das diferentes identidades culturais existentes é essencial na formação do currículo. Lopes (2013) assinala, neste âmbito, que:

Porém, essa aceitação pode ser concebida em um contexto de conflitos, que exige diálogo e embates entre diferentes grupos sociais para a sua resolução, ou em um contexto de consenso, que, ao objetivar superar os conflitos sem confrontação, produz seu mascaramento e, portanto, acaba sendo coercitivo das diferenças e do diverso [...] (LOPES, 2013, p.63).

Assim, é inegável a existência de uma relação direta entre cultura, educação e currículo, uma vez que são elementos que se entrelaçam e se complementam.

Encontra-se nas palavras de Freire (1987) a justificativa primordial deste texto:

Se, para manter divididos os oprimidos se faz indispensável uma ideologia da opressão, para a sua união é imprescindível uma forma de ação cultural através da qual conheçam o por que e como de sua “aderência” à realidade que lhes dá um conhecimento falso de si mesmos e dela. É necessário “desideologizar” (FREIRE, 1987, p.100).

Portanto, a reflexão em torno dos elementos curriculares em sua articulação com os elementos sociais vislumbra a defender um currículo que garanta a produção cultural de cada uma das sociedades juntamente com suas diferentes manifestações culturais, e, desse modo, buscar incorporá-las às atividades acadêmicas agregando ao saber científico, o saber popular, complementando o aprendizado e ajudando os sujeitos na construção de sua autonomia, de sua perspectiva crítica.

Diante disso, será feita uma breve reflexão acerca do currículo e da cultura como prática social (BRANDÃO, 1996) e sobre o processo significação do sujeito dentro de suas relações em sociedade (SILVA, 1999).

2. METODOLOGIA

A fim da problematização anunciada sobre as relações estabelecidas entre a formação da pessoa e a formação escolar por meio do currículo, desenvolveu-se, no período de março a julho de 2019, uma pesquisa do tipo bibliográfica dividida em três etapas: o levantamento bibliográfico, a seleção e análise dos textos e a interpretação e apresentação dos resultados.

De acordo com Severino (2007)

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p.122).

A primeira atividade desenvolvida na construção do levantamento bibliográfico, foi definir os objetivos específicos da pesquisa. Foram dois os objetivos: o primeiro foi compreender os conceitos de currículo e de educação; o segundo foi identificar os autores que se preocuparam com a relação entre currículo e cultura.

Após o levantamento bibliográfico inicial, seguiu-se a estruturação da pesquisa. O primeiro passo foi a filtragem dos artigos e livros pesquisados, selecionando os mais adequados ao tema da pesquisa. Em seguida, definir critérios para a priorização das referências, como critério, utilizou-se a relevância da obra e do autor e sua maior abrangência no tema. Como resultado desses critérios originou-se os textos bases para esse artigo: Moreira e Candau (2007), Silva (2011; 1999), Arroyo (2014); Brandão (1996) e Freire (1987; 2000).

Finalmente, organizou-se o texto com a estrutura seguinte. Inicia abordando a construção social do currículo e discutindo a relação do currículo com a cultura; em seguida, aborda o currículo como prática de significação e, por fim, algumas considerações acerca da necessidade de compreensão do currículo escolar para além dos conhecimentos puramente científicos.

3.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PESSOA: A DIMENSÃO CULTURAL DO CURRÍCULO.

Há diversos significados aplicados à definição de cultura. Diante disso, a cultura popular foi atrelada ao currículo somente no século XX, sendo refletida sobre os meios de comunicação em massa ao agregar valores e significados compartilhados por diferentes povos (MOREIRA; CANDAU, 2007). Dentre os diversos pontos de vista, no antropológico, ela é tratada em uma dimensão simbólica, e através da linguagem compartilha um significado constituinte na personalidade e pensamento de cada pessoa, expressando o modo de ver o

mundo ao produzir e consumir esses significados como forma de crescer no processo de construção identitária do ser humano (MOREIRA, 2007).

Tanto a cultura, quanto o currículo são territórios disputados. De acordo com Moreira e Candau (2007, p. 28), "a cultura é um território no qual se processam disputas pela preservação ou pela superação das divisões sociais. [...], o currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno desses significados" (MOREIRA; CANDAU, 2007). Assim sendo, o currículo escolar se pauta na cultura e em suas influências, pois, ao ressaltar apenas determinadas culturas, ele exclui os diferentes contextos presentes na multiculturalidade, e gera conflitos em torno dos significados que carrega em si, portanto, faz-se necessário trabalhar com essas diferenças dentro das instituições de ensino, no seu desenho curricular.

Destarte, a socialização se faz essencial para atender os vieses educativos dentro e fora das instituições. Devendo buscar favorecer o dinamismo nas práticas pedagógicas exercidas pelas mesmas, ao configurar e reconfigurar os traços de identidades coexistentes nas diferenciações individuais. Haja vista que, o currículo cultural também é gerador de identidades, e deve coexistir desse modo com a cultura exercida pelo sujeito dentro de seu contexto sócio-político, e pautado na pluralidade cultural existente. Pois, “[...] a identidade, mais do que uma essencial, é uma relação e um posicionamento [...]” (SILVA, 1999, p. 26).

De acordo com Arroyo (2014, p.11), “[...] a afirmação da diversidade cultural questiona o monopólio da cultura única, dos valores únicos e dos sujeitos únicos [...]”. Desse modo, para que haja essa interculturalidade, precisamos reconhecer que não há somente uma cultura, não há somente um conhecimento a ser transmitido e, por isso, faz-se necessário esse reconhecimento do outro como sujeito social.

Além disso, cabe ressaltar, que cada sujeito tem sua identidade e seu próprio contexto sociocultural, e isso lhe faz ser diferente dos demais, uma vez que nem todos as pessoas têm o mesmo modo de vida, a mesma cultura, pontuando que as pessoas diferentes umas das outras, possuem concepções políticas diferenciadas, modo de pensar e questionar o mundo. E tudo isso faz parte da construção social da pessoa, pois as diferenças constituem o sujeito particular em um contexto social.

Nesse sentido, entende-se a utilização do currículo para formar cidadãos que irão produzir uma sociedade, na qual a educação tem em vista o meio social, no qual o homem é educado. No entanto, mais que produzir e reproduzir, o currículo é produção humana, e por este motivo, também renova e se transforma (BRANDÃO, 1996). Logo, sociedade e cultura são resultados de uma transmissão, conservação e renovação de conhecimentos e o currículo

define o conteúdo a ser ensinado para as próximas gerações, mas não implica dizer que deve haver uma aceitação incondicional dos conhecimentos, pois como criação humana, o currículo pode ser modificado pelo sujeito, ou seja, não é questionado e reformulado.

Para tanto, faz-se necessário que os movimentos sociais lutem em prol de um currículo humanizado que desvele o homem como sujeito histórico, social e cultural. E, como afirma Brandão (1996), é no ato político de luta popular contra o que lhe é imposto, que surgem as experiências mais inovadoras de educação, uma educação escolar como prática de liberdade e parte do próprio contexto social e cultural em que se encontra. Daí a possibilidade de o currículo poder generalizar uma ideia ou mesmo rompê-la, pois não há uma ideia que não possua a sua contra ideia, não há valor que não encontre seu oposto, não existe uma identidade individualista sem o contraste de uma identidade coletivista.

Segundo Freire (2000), ao nos assumirmos como objetos condicionados nos arriscamos como sujeitos não determinados, a educação pode tanto estar a serviço da manutenção como da transformação do mundo, pode desenvolver a capacidade de comparar, ajuizar, escolher, decidir, aceitar ou romper. Nesse aspecto, o currículo é uma possibilidade, não uma determinação; depende do papel que se dá a ele, sejam ele em prol do reconhecimento da diversidade, ou buscando a padronização das mesmas.

3.2 CURRÍCULO E CULTURA: PRÁTICAS SOCIAIS DE SIGNIFICAÇÃO

Um currículo que busque a formação integral do sujeito deve favorecer a interdisciplinaridade, superar o individualismo e trabalhar na pluralidade, no vínculo entre os conhecimentos e as relações sociais e culturais. O currículo deve abranger a formação profissional, do pesquisador e do cidadão, levando em consideração os conhecimentos mais práticos e técnicos que irão tornar o aluno apto ao trabalho; o conhecimento no seu sentido mais epistemológico, os conteúdos disciplinares; e por fim o conhecimento que o aluno traz consigo, “[...] um dos elementos centrais do currículo e que sua aprendizagem constitui condição indispensável para que os conhecimentos socialmente produzidos possam ser apreendidos, criticados e reconstruídos por todos/as os/as estudantes do país” (MOREIRA; CANDAU, 2007, p. 21).

O conhecimento cultural deve ser trabalhado de uma maneira a levar o aluno a se perceber como um ser social com direitos e deveres, buscando sempre agir em prol do social, do direito da maioria, beneficiando o local em que vive e aprendendo a conviver em sociedade de maneira respeitosa e, principalmente, valorizando e defendendo as diferenças, já que “é na cultura que se dá a luta pela significação, na qual os grupos subordinados tentam

resistir à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes” (COSTA, 2002, p.138). Para tanto, todo tipo de conhecimento educa, assim “sugerimos que se procure, no currículo, *reescrever o conhecimento* escolar usual, tendo em mente as diferentes raízes étnicas e os diferentes pontos de vistas envolvidos na sua produção” (MOREIRA, CANDAU, 2007, p. 32).

Assim sendo, percebe-se que o currículo por ser um instrumento de formação deve ensinar a conviver com as diferenças entre as pessoas, problematizando o sentido das várias perspectivas e visões de mundo decorrentes dessas diferenças. Além disso, o currículo torna-se um instrumento de luta pela igualdade quando a diferença resulta em desigualdade, e de luta pela afirmação da diferença sempre que a igualdade quiser padronizar pensamentos e ações. Ficar, pois, “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza, temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Aí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (SANTOS, 2003, p.56).

Assim os conflitos existentes entre o ser e o parecer do agir humanos são partes do processo de maturação do indivíduo, os quais englobam o seu contexto social, cultural, político e educacional. No entanto, cabe destacar que esses conflitos e embates de racionalidade estão explícitos na cultura, principalmente quanto à sua pluralidade. De acordo com Lopes (2013, p.61) “[...] o trabalho com contextos multiculturais, o entendimento, o respeito, o diálogo entre culturas são compreendidos como forma de educação capazes de contribuir para a formação da tolerância, do consenso, da concordância, combatendo a xenofobia, a violência e os conflitos sociais”, assim sendo a pluralidade cultural deveria englobar o currículo nos mais diversos enfoques educativos.

Deste modo, para atender à diversidade cultural existentes nos diferentes contextos é imprescindível que se flexibilize o currículo, para que a interdisciplinaridade nos métodos de ensino possa ocorrer durante a construção do conhecimento no âmbito da educação formal. Vale. Dessa forma, trabalhar com a diversidade de saberes estimula formas inovadoras na organização curricular, visando à difusão do conhecimento, a fim de incentivar o desenvolvimento sociocultural dos alunos.

Por ser o principal articulador das ações nas escolas, uma vez que os programas curriculares selecionam e organizam os conteúdos que serão repassados para os estudantes em sala de aula, existem diversas formas de organizar esse território. O currículo pode ser organizado por meio de competências, por eixos curriculares, por disciplinas, etc. Apenas algumas das maneiras que o educador pode trabalhar e organizar o currículo. Precisamos

compreender que não há uma forma única, um padrão, para essa organização, mas diversas formas que devem ser empregadas levando-se em consideração a sua validade para a comunidade, para os alunos e para os educadores.

Silva (1999, p. 21) aponta que “[...] por meio do processo de significação construímos nossa posição de sujeitos [...] e procuramos constituir as posições e as identidades de outros indivíduos [...]”. Percebe-se, com isso, que a construção da identidade dos sujeitos, considerando os fatores históricos e sociais, nos permitem compreender a cultura como um dos elementos centrais na construção da identidade dos estudantes. O currículo como um artefato cultural (SILVA, 2011) possibilita o embate de transformações necessárias para esse indivíduo possa se perceber como um ser ativo, participe das relações sociais e da construção do mundo, compreendendo a partir dessas relações não apenas o seu interesse individual, senão que também aquilo que diz respeito ao coletivo.

Por fim, e conforme propõe Sacristán (1995, p.88): um currículo multicultural no ensino implica mudar não apenas as intenções do que queremos transmitir, mas os processos internos que são desenvolvidos na educação institucionalizada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, uma educação emancipadora tem como objetivo o desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões: ética, política, social e cultural. Haja vista que, somente assim esta formação estará sendo feita com qualidade, além disso, faz-se necessário respeitar as individualidades do sujeito, isto é, partindo do princípio básico, que somos diferentes e temos contexto sócio social diversificado. A instituição escolar enquanto formadora de “opinião” tem de levar em consideração esses fatores sociais.

Cabe à escola desenvolver um currículo multicultural que abranja as diversidades existentes. Ao assumir um potencial papel de promover a interação do sujeito com o meio, promove igualmente uma nova dinâmica nas práticas pedagógicas em exercício, traçando novos perfis e métodos avaliativos, na interação entre os alunos, fazendo-os refletir sobre o panorama intercultural dentro e fora de sala.

É no trabalho conjunto, com os professores que se pode investigar e refletir sobre os diferentes contextos, em sala de aula. São os docentes os responsáveis, também, pela construção desse processo, situando o conhecimento escolar no contexto social em as pessoas se encontram presentes.

Assim, a educação e cultura tem relação direta em sua complementação ao formar identidades nas pessoas dentro de cada contexto proposto, para que o mesmo se reconheça como sujeito social, e assim tenha uma visão crítica da sociedade e do mundo no processo construtivo, por meio da trabalhando a pluralidade e a interculturalidade nos meios escolar e social.

4. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COSTA, M. V. Poder, discurso e política culturais: contribuições dos estudos culturais ao campo do currículo. In: COSTA, M. V.; LOPES, A.C; M. E. (Org.). **Currículo: debates contemporâneos**. SP: Cortez, 2002, p. 133-149.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. UNESP, 2000.

LOPES, A. R. Pluralismo cultural em políticas de currículo nacional. In: MOREIRA, A. F. (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. 13. ed. Campinas: SP: Papirus, 2013, p. 54-79.

SACRISTÁN, J.G. Currículo e diversidade cultural. In: SACRISTÁN, J.G; MOREIRA, A.F. B; SILVA. T. T. (Org.) **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. Cap. 4, p. 82-113.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Santos, B. S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 55.57.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2011.

SILVA, T. T. O currículo como prática de significação. In: SILVA, T. T. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, cap. 1, p. 17-85.